

AS AVENTURAS DO ECOSSOCIALISTA LÖWY CONTRA KARL MARX

Mateus Alves¹

Introdução

A relação do ser humano com a natureza é bastante complexa. Alguns intelectuais contemporâneos se dedicam para conseguir expressar teoricamente esta relação. As precondições, para tanto, são definir o que é o ser humano, bem como o que é a natureza exterior a este para, assim, ser possível apreender as múltiplas determinações que envolvem esta relação. Primeiramente, é necessário ter em mente que o ser humano se diferencia de todos os outros seres vivos, tendo suas próprias especificidades. Isso não quer dizer, entretanto, que o ser humano não compartilhe elementos comuns com, por exemplo, os animais; mas significa, antes de tudo, que o ser humano apresenta características que apenas o mesmo possui e são estas especificidades que o torna humano.

Marx foi quem mais avançou nesta questão diferenciando os seres humanos dos animais através de sua atividade vital, que é teleológica, possibilitando-o se objetivar através da mesma. O ser humano é, portanto, um ente-espécie ou, antes, um ser autoconsciente.

O animal identifica-se com sua atividade vital. Ele não distingue a atividade de si mesmo. Ele é sua atividade. O homem, porém, faz de sua atividade vital um objeto de sua vontade e consciência. Ele tem uma atividade vital consciente. Ela não é uma prescrição com a qual ele esteja plenamente identificado. A atividade vital consciente distingue o homem da atividade vital dos animais: só por esta razão ele é um ente-espécie. Ou antes, é apenas um ser autoconsciente, isto é, sua própria vida é um objeto para ele, porque ele é um ente-espécie (MARX, 1962, p. 100).

Os animais produzem sob a compulsão de necessidade física e só produzem o estritamente indispensável a si mesmos ou aos filhotes. O ser humano, ao contrário, “produz quando livre de necessidade física e só produz, na verdade, quando livre dessa necessidade” (MARX, 1962, p. 101). O produto da produção animal pertence diretamente ao seu corpo físico, enquanto o ser humano é livre ante o seu produto. Isto significa que

¹ Graduando em Ciências Sociais com Habilitação em Políticas Públicas. E-mail: mateusvirtualo1@gmail.com.

o ser humano, ao contrário dos animais, sabe produzir universalmente, e sua produção não é determinada pelas necessidades físicas imediatas, podendo até produzir em “conformidade com as leis do belo” (MARX, 1962, p. 101).

Essa diferenciação do ser humano dos animais pode parecer, à primeira vista, equivocada, dado que, na sociedade capitalista, o ser humano parece produzir apenas para satisfazer essas mesmas necessidades imediatas, como qualquer outro animal. A produção capitalista não possibilita, entretanto, a manifestação da essência humana mas, ao contrário, nela, há a supressão da objetivação do ser humano através de seu trabalho, tornando sua atividade vital consciente sinônimo de trabalho alienado, que “inverte a relação, pois o homem, sendo um ser autoconsciente, faz de sua atividade vital, de seu ser, unicamente um meio para a existência” (MARX, 1962, p. 100).

O trabalho alienado — o trabalho externo ao trabalhador, que não propicia o desenvolvimento de suas energias físicas e mentais — transforma a essência humana em algo estranho, isto é, aliena o ser humano de si mesmo. Assim, sua relação com outros seres humanos, bem como com a natureza se realiza de forma invertida. O trabalho, que deveria ser a realização da essência humana, se transforma em punição; o produto do trabalho, que seria a satisfação dos seres humanos, se transforma em perda. A emancipação humana assume, portanto, a “forma política de emancipação dos trabalhadores” (MARX, 1962, p. 105), pois como são estes que produzem valor através do trabalho alienado, sua emancipação significa a emancipação de toda a humanidade ante sua própria alienação.

É então na esfera da produção que o trabalho alienado se efetiva, tornando possível a apropriação por parte do não trabalhador dos produtos do trabalho do trabalhador. É justamente neste processo que se engendra a alienação. Ela passa da esfera da produção para todas as demais esferas da sociedade, se generalizando. A alienação contamina assim todas as outras relações sociais. Marx aponta como única saída a emancipação por parte dos trabalhadores deste processo que gera o trabalho alienado. Só o trabalhador se libertando, libertará toda a humanidade de sua alienação. Quando a alienação não fizer parte do processo de trabalho, a humanidade estará livre dela e poderá, então, se reconhecer como ente-espécie (PEIXOTO, 2020, p. 64-65).

Se o modo de produção capitalista, através do trabalho alienado e da exploração do trabalho, mortifica o ser humano — negando-o como ente-espécie —, o comunismo (sociedade autogerida) é, portanto, a “resolução definitiva do antagonismo entre o homem e a natureza, e entre o homem e seu semelhante” (MARX, 1962, p. 123), visto

que, neste novo modo de produção, o trabalho não é alienado; ao contrário, o trabalho seria a manifestação da essência humana, sua objetivação como ser autoconsciente, desenvolvendo as energias físicas e mentais do ser humano, satisfazendo todas suas necessidades e estimulando a realização de suas potencialidades.

Na sociedade autogerida (comunista), a relação do ser humano com a natureza será mediada, regulada e controlada conscientemente pelos próprios seres humanos — neste caso, seres humanos autênticos, não mais alienados de sua própria essência — e, portanto, não seria necessário um grande esforço intelectual de abstração para chegar no “dever-ser” dessa relação, pois a mesma aparecerá em sua consciência da forma como realmente é, ou seja, “a verdadeira solução do conflito entre existência e essência” (MARX, 1962, p. 123). No entanto, o comunismo não é realidade e as produções intelectuais que visam expressar como esta relação se dá no capitalismo e como deveria ser em uma nova sociedade podem ter um caráter ilusório - seja em uma forma mais complexa (ideologias) ou em uma forma mais simples (representações cotidianas ilusórias, doutrinas etc.) - expressando, na consciência, a inversão da realidade propiciada pelo horizonte limitador do modo de produção capitalista.

Um dos esforços intelectuais que visa, contemporaneamente, apreender a relação do ser humano com a natureza é o ecossocialismo. Michael Löwy, em sua obra “O que é o Ecossocialismo?” (LÖWY, 2014), tenta conceituá-lo, estabelecendo-o como uma síntese do marxismo com a ecologia. Para Löwy, o ecossocialismo visa propor uma “estratégia de aliança entre os ‘vermelhos’ e os ‘verdes’ — não no sentido político estreito dos partidos sociais-democratas e dos partidos verdes, mas no sentido amplo, ou seja, entre o movimento operário e o movimento ecológico” (LÖWY, 2014, p. 49).

Porém, essa aliança provoca certas implicações tanto para a ecologia quanto para o marxismo. Por um lado, implica que a ecologia renuncie “às tentações do naturalismo anti-humanista e abandone a sua pretensão de substituir a crítica da economia política” (LÖWY, 2014, p. 49); por outro, o marxismo deve se livrar “do produtivismo, substituindo o esquema mecanicista da oposição entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção que o entravam pela ideia, muito mais fecunda, de uma transformação das forças potencialmente produtivas em forças efetivamente destrutivas” (LÖWY, 2014, p. 49).

Todavia, a crítica feita por Löwy ao marxismo, acusando-o de “produtivista” a partir do conceito de forças produtivas, nos parece equivocada. Para demonstrar isso, analisaremos a concepção de forças produtivas em Löwy no interior de seu próprio discurso e, posteriormente, apresentaremos a concepção *marxista* de forças produtivas², bem como este conceito é importante para se pensar a questão ambiental.

Michael Löwy e Forças Produtivas

De acordo com Löwy, Marx enxerga as forças produtivas como “neutras”. Para os marxistas, afirma Löwy, a revolução proletária não visa abolir as forças produtivas desenvolvidas sob o capitalismo, mas “tão somente abolir as relações de produção que se tornaram um ‘entrave’ a um desenvolvimento ilimitado daquelas” (LÖWY, 2014, p. 26). Löwy acredita que a suposta visão de Marx, acerca da neutralidade das forças produtivas, é consequência da falta de uma “noção geral dos limites naturais ao desenvolvimento das forças produtivas” (LÖWY, 2014, p. 26). A contribuição da ecologia para o marxismo seria fornecer essa “noção geral dos limites naturais”.

Dessa maneira, Löwy exige que os marxistas realizem “uma revisão crítica profunda da sua concepção tradicional de ‘forças produtivas’” (LÖWY, 2014, p. 40). Mas, o que seriam “forças produtivas”? Infelizmente, apesar de se exigir uma revisão crítica desse conceito, Löwy não nos fornece nenhum caminho para a sua realização. Portanto, teremos que descobrir o que Löwy compreende por forças produtivas, bem como o que significaria esta “revisão crítica profunda” analisando o que o mesmo deixa implícito. Vejamos mais de perto: segundo Löwy, a revolução proletária não deve apenas abolir as relações de produção que se tornaram um entrave para as forças produtivas. Então, o que mais seria necessário?

² Aqui analisaremos apenas um dos elementos presentes no livro de Löwy “O que é ecossocialismo?” (2014), que é a sua concepção acerca do que são forças produtivas e avaliaremos o impacto dessa concepção para a questão ecológica. Diversos outros elementos serão deixados de lado em consequência do nosso foco analítico. Portanto, outros elementos que também julgamos problemáticos não serão abordados, tais como a concepção de “planejamento democrático”, a deformação do conceito de “autogestão” (sendo reduzido a uma questão de organização de fábricas); o movimento ecológico como algo homogêneo; a valorização de algumas ações de Chico Mendes; não percepção da correspondência entre relações de distribuição e relação de produção etc. Também em decorrência de nosso foco, não analisaremos alguns méritos, mesmo que limitados, de Löwy, tal como a apresentação da necessidade de uma discussão entre marxismo e ecologia, um esboço para um conceito do que é “ecossocialismo” e quem são seus principais representantes intelectuais.

Creio que seria necessário aplicar no **aparelho produtivo moldado pelo capital** o mesmo raciocínio que Marx propunha, em a guerra civil na França (1871), para o tema do aparelho de Estado: “A classe trabalhadora não pode se contentar em tomar tal e qual a máquina do Estado e fazê-la funcionar por sua própria conta”. Mutatis mutandis, os trabalhadores não podem se contentar em tomar tal e qual a **“máquina” produtiva capitalista** e fazê-la funcionar por sua própria conta: eles devem transformá-la radicalmente (LÖWY, 2014, p. 36, grifos meus).

Aqui, Löwy enxerga as forças produtivas como sinônimo de “máquina produtiva capitalista” e “aparelho produtivo moldado pelo capital”. Por conseguinte, a revolução proletária deve, além de abolir as relações de produção capitalistas, transformar radicalmente a “máquina produtiva capitalista”, aplicando o mesmo “raciocínio” que Marx propunha em “A Guerra Civil na França” quando este trata do estado. É interessante notar que Marx em “A Guerra Civil na França” propõe a abolição do aparato estatal, e não sua “transformação radical”, como deixa a entender Löwy. Deixemos isso de lado por um instante e analisemos mais um trecho onde Löwy novamente se inspira nesta obra de Marx:

É preciso rejeitar essa perspectiva [que as forças produtivas são neutras], de um ponto de vista ecossocialista, inspirando-se em algumas observações de Marx sobre a Comuna de Paris: os trabalhadores não podem apoderar-se do aparelho de Estado capitalista e pô-lo em funcionamento em benefício próprio. Devem **“quebrá-lo”** e substituí-lo por outro, de natureza totalmente distinta, **uma forma não estatal e democrática de poder político**. O mesmo vale, mutatis mutandis, para o **aparelho produtivo**: por sua natureza e estrutura, **ele não é neutro**, mas está a serviço da acumulação do capital e da expansão ilimitada do mercado. Contradiz as exigências de preservação do meio ambiente e de saúde da força de trabalho. Portanto, faz-se necessário **“revolucioná-lo”**, transformando radicalmente a sua natureza. **Isso pode significar, para alguns ramos da produção — as centrais nucleares, por exemplo — “quebrar”**. De qualquer modo, as próprias forças produtivas devem ser profundamente modificadas (LÖWY, 2014, p. 50).

As forças produtivas são, para Löwy, portanto, o “aparelho produtivo”³. Este não é neutro e deve ser *radicalmente* transformado. No entanto, a radicalidade dessa transformação tem um certo limite. Consideremos: de acordo com Löwy, “quebrar o aparelho estatal” é sinônimo de “uma forma não estatal e **democrática** de poder político”. Mas, na verdade, “poder político democrático” quer dizer o mesmo que “estado burguês”, visto que a existência de um “poder político” pressupõe a

³ ASSUNÇÃO (2017, p. 69) corrobora com nossa percepção: “Parece-nos que pode haver, em Löwy, uma tendência a tratar forças produtivas como técnica ou maquinaria (como faz explicitamente em [Écossocialisme: L’alternative radicale à la catastrophe écologique capitaliste, p.99], quando em todas as outras versões do mesmo texto ‘aparato técnico/produtivo capitalista’ vem substituído por ‘forças produtivas capitalistas’).

necessidade de uma classe reprimir a outra e, neste caso, a democracia é uma forma de dominação assumida exatamente pelo estado capitalista. Esta “forma não estatal” de “poder político democrático” é uma contradição em seus próprios termos. Assim, Löwy está afirmando, na verdade, que Marx propõe abolir o estado burguês em prol do mesmo estado burguês, porque não compreendeu o caráter capitalista da democracia⁴.

Essa “radicalidade” de Löwy em relação ao estado capitalista é aplicada tal-qual quando o mesmo trata da transformação “radical” das forças produtivas, que passa a significar, por exemplo, a abolição de alguns “ramos da produção”, tais como “centrais nucleares” (que parecem fazer parte do aparelho produtivo capitalista). Todavia, a “transformação radical” do “aparelho produtivo” proposta por Löwy não se limita a isso.

Implica não apenas a substituição das formas de energia destrutivas por fontes de energia renováveis e não poluentes como a **energia solar**, mas também **uma profunda transformação do sistema produtivo herdado do capitalismo**, assim como do sistema de transportes e do sistema de habitação urbana (LÖWY, 2014, p. 38).

As forças produtivas (“aparelho produtivo”) devem ser radicalmente transformadas e isso significa, dentre outras coisas, o uso da energia solar. De acordo com Löwy, as forças produtivas não são neutras, portanto, algumas correspondem com a acumulação de capital (como a energia nuclear) e são, conseqüentemente, “forças produtivas conservadoras”. Já a energia solar é um exemplo de “força produtiva revolucionária”, pois esta deve ser mantida na sociedade comunista, exatamente porque deve não corresponder com a acumulação de capital. Podemos concluir que Einstein é, na visão de Löwy, um revolucionário por ter explicado o efeito fotoelétrico,

⁴ Como Löwy menciona uma “**forma não estatal** e democrática de poder político”, poderíamos interpretar que o autor tem um outro conceito de democracia e que, na verdade, ele quis dizer que a totalidade da classe proletária autoorganizada reprimirá a burguesia no processo revolucionário, o que teria coerência com o pensamento de Marx. Porém, analisando a totalidade da obra de Löwy (2014), com sua defesa de um “período de transição para o socialismo” marcado por um “planejamento **democrático**” que existe simultaneamente com o dinheiro, mercado (relações de distribuição capitalistas) e até com a autoorganização apenas das fábricas pelos trabalhadores, podemos concluir, de fato, que Löwy enxerga a democracia de forma abstratificada, não percebendo seu caráter essencialmente burguês. Assim, Löwy quer substituir uma forma de dominação por outra, que não se diferencia em nada se julgada pela perspectiva da classe proletária. O interessante é que Löwy utiliza como sinônimo de liberdade, que é um valor universal, a democracia, que é um fenômeno intimamente ligado ao capitalismo. “Um valor universal é o da liberdade. Ele pode ser substituído pela ‘democracia’ como valor. Ao invés de defender e abordar a liberdade, se defende e aborda a democracia. A liberdade é antagônica ao capitalismo e, por conseguinte, à episteme burguesa. A democracia é parte da sociedade burguesa, sendo uma das formas assumidas pelo Estado capitalista. A definição de liberdade remete à democracia e assim um conceito muito mais amplo e fundamental é reduzido a um fenômeno muito mais restrito e intimamente ligado com a reprodução da sociedade capitalista” (VIANA, 2018, p. 50).

bem como aqueles que o escolheram para ganhar o prêmio Nobel por esta realização. Os capitalistas que extraem mais valor do proletariado que produz os painéis solares são igualmente revolucionários.

Deve-se lembrar, entretanto, que a “transformação radical” das forças produtivas não se limita apenas à substituição de uma fonte de energia por outra. Como pode-se ver neste trecho:

As próprias forças produtivas devem ser profundamente modificadas. Isso significa, antes de mais nada, uma revolução energética, **a substituição das energias não renováveis e responsáveis pela poluição e envenenamento do meio ambiente — carvão, petróleo e combustíveis nucleares — por energias leves e renováveis: água, vento, sol.** Mas é o conjunto do modo de produção e de consumo — fundado, por exemplo, no carro individual e em outros produtos desse tipo — que deve ser transformado, **somado à supressão das relações de produção capitalistas e ao começo de uma transição para o socialismo.** Está implícito que cada transformação do sistema produtivo ou dos transportes, — substituição progressiva da estrada pelo trem — deve ser feita com a garantia do pleno emprego da força de trabalho (LÖWY, 2014, p. 50-51).

Mais uma vez Löwy insiste que o uso de energias menos poluentes é sinônimo de “modificação profunda e radical” das forças produtivas. Porém, desta vez, vai além e diz que essa substituição ocorrerá em conjunto com a transformação do modo de produção e consumo, “somada à supressão das relações de produção capitalistas”. Aqui, Löwy afirma a mesma ideia duas vezes, visto que a transformação do modo de produção e consumo é sinônimo de abolição das relações de produção capitalistas. No entanto, foquemos no fato que a abolição das relações de produção capitalistas é, para Löwy, apenas o início de uma “transição para o socialismo”. Se as relações de produção capitalistas já foram abolidas, qual a razão de uma “transição para o socialismo”? Porém, Löwy vai além e ainda se pergunta “qual será o futuro das forças produtivas nessa transição para o socialismo?” (LÖWY, 2014, p. 51), e responde da seguinte maneira:

A hipótese principal é a mudança qualitativa do desenvolvimento: pôr fim no monstruoso desperdício dos recursos pelo capitalismo, fundado na produção, em grande escala, de produtos inúteis ou nocivos: a indústria de armamentos é um exemplo evidente. Trata-se, portanto, de orientar a produção para a satisfação das necessidades autênticas, a começar por aquelas a que podemos chamar “bíblicas”: água, comida, roupas, moradia (LÖWY, 2014, p. 52).

De acordo com Löwy, o mais importante é o fim do desperdício dos recursos decorrentes do capitalismo, e não necessariamente o capitalismo. A razão de ser desse “período de transição” é reorientar a produção capitalista para a satisfação das necessidades autênticas do ser humano, mas não abolir a produção capitalista em si. O

“período de transição para o socialismo”, por exemplo, se preocupará com as indústrias que produzem armas; não porque essa indústria é o local de exploração realizado pelo capital bélico aos proletários que produzem armas ou que utilizarão, talvez, essas mesmas armas para, por meio da força física, submeter o proletariado de outros locais, importando mais-valor de países de capitalismo subordinado. Porém, antes de mais nada, a extinção dessa indústria é necessária apenas porque essa indústria produz um produto inútil e nocivo. Löwy não compreende que as *relações de produção capitalistas* engendram o desperdício de recursos ou a produção de mercadorias “inúteis e nocivas”, exatamente porque o modo de produção é “orientado” apenas para a exploração do trabalho realizado pelo proletariado e não pode ser nunca “reorientado” visando satisfazer “necessidades autênticas”. Löwy quer abolir os frutos de uma árvore sem cortá-la pela raiz. Resta-lhe apenas reivindicar, em vão, que a árvore pare de produzir frutos. Da mesma forma, Löwy quer a abolição gradativa dos “mecanismos de mercado” e do “valor de troca” através do “planejamento democrático” (LÖWY, 2014, p. 80).

A concepção socialista do planejamento não é nada mais que a democratização radical da economia: se é certo que as decisões políticas não devem caber a uma pequena elite de dirigentes, por que não aplicar o mesmo princípio às decisões de ordem econômica? A questão do equilíbrio entre os mecanismos do mercado e os do planejamento é sem dúvida um problema complexo: **durante as primeiras fases da nova sociedade, os mercados ainda ocuparão, certamente, um lugar importante, mas, à medida que progredir a transição para o socialismo, o planejamento se tornará cada vez mais importante por ser oposto à lei do valor de troca!**

Esse período de transição poderia existir por uma eternidade, mas não conseguiria abolir o mercado, que nada mais é que as relações de distribuição capitalistas que corresponde com as relações de produção burguesas. O “período de transição para o socialismo”, na verdade, é um fim em si mesmo e isto só é diferente no plano do discurso. Para “pôr fim no monstruoso desperdício dos recursos”, “equilibrar os mecanismos de mercado”, é necessário controle do que é produzido. E se as relações de produção e de distribuição burguesas ainda existirem, uma vez que é um “período de transição”, necessariamente este papel será cumprido por um ser humano estranho ao trabalhador, isto é, se ainda existir o antagonismo entre a classe burguesa e proletária, haverá também tudo que decorre desse antagonismo, como o estado, a burocracia, exploração, trabalho alienado etc. Assim, os trabalhadores estarão cumprindo sua jornada de trabalho enquanto um ser estranho, não-trabalhador, regula e controla o que

é produzido e como deve-se produzir. É impossível abolir o trabalho alienado através do trabalho alienado. Löwy mesmo, em quase todas nossas citações, revela o que deve ou não ser produzido, consumido e consumado. No entanto, não diz que a classe proletária deve abolir as relações de produção burguesas, pois ao instaurar novas relações de produção, os próprios produtores associados saberão o que produzir e como produzir.

Löwy não apresenta tanto interesse em transformar as relações de produção, ou seja, as lutas de classe não são tão importantes quanto ao uso ou não de algumas forças produtivas, que é entendida estritamente como “aparelho produtivo”. A todo instante, Löwy nos assegura sobre quais fontes de energia ou quais mercadorias devem permanecer sendo usadas ou produzidas. Mas, nada nos diz sobre a abolição das classes sociais, sobre como a divisão social do trabalho conduz necessariamente a uma consciência limitada da relação dos seres humanos com a natureza e com seus semelhantes, sendo uma das diversas consequências da existência da exploração do trabalho efetivada através das relações de produção no capitalismo. Todavia, Löwy não se incomoda de indicar algumas reformas que nada apontam para uma sociedade radicalmente distinta da atual:

Algumas demandas imediatas já são, ou podem rapidamente se tornar, o ponto de convergência entre movimentos sociais e movimentos ecológicos, sindicatos e defensores do meio ambiente, “vermelhos” e “verdes”: a promoção de transportes públicos — trens, metrô, ônibus, bondes — baratos ou gratuitos como alternativas para o abafamento e a poluição das cidades e dos campos pelo carro individual e pelo sistema de transportes rodoviários; a luta contra o sistema da dívida e os “ajustes” ultraliberais impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países do Sul, com consequências sociais e ecológicas dramáticas: desemprego em massa, destruição das proteções sociais e das culturas de viveres, destruição dos recursos naturais para a exportação; defesa da saúde pública, contra a poluição do ar, da água (lençóis freáticos) ou dos alimentos pela avaria das grandes empresas capitalistas; a redução do tempo de trabalho como resposta ao desemprego e como visão da sociedade que privilegia o tempo livre em relação à acumulação de bens (LÖWY, 2014, p. 55).

Löwy não afirma nada sobre lutas de classes exatamente porque isto é contrário aos seus próprios interesses. Ele está muito mais preocupado em fortalecer a hegemonia reformista no interior do movimento ecológico do que fortalecer a hegemonia proletária no conjunto da sociedade. Löwy quer mobilização em torno de reformas, como as citadas acima, mas essas próprias reformas não vão além do horizonte capitalista.

Sua crítica sem fundamento ao conceito de forças produtivas — uma vez que Löwy não realiza nenhum esforço de conceituar o que são forças produtivas analisando

as obras do próprio Marx em sua totalidade ou obras de outros marxistas — é uma forma retórica que possibilita-o satisfazer seus interesses reformistas sem abandonar elementos formais do marxismo. Também, esta crítica de Löwy acerca do conceito de forças produtivas possibilitou-o ser um fetichista do “aparelho produtivo” e, ao mesmo tempo, se desvincular desse mesmo fetichismo no plano do discurso.

A concepção marxista de forças produtivas não é “aparelho produtivo” como quer Löwy. A deformação do que são forças produtivas significa a deformação da totalidade do marxismo, já que este é um conceito fundamental do materialismo histórico. É necessário, portanto, compreender verdadeiramente o que são forças produtivas para, assim, apreender o que o marxismo pode contribuir efetivamente para a questão ecológica.

Marxismo, Forças Produtivas e a Questão Ecológica

Até aqui, analisamos a concepção de Löwy no interior do seu próprio discurso. Nossa análise foi suficiente para demonstrar as contradições presentes no autor. E isto foi necessário, já que Löwy não deixa claro o que significa a “revisão crítica e profunda” do conceito de forças produtivas que os marxistas deveriam realizar no intuito de se adequar aos “parâmetros ecológicos”.

Seria mais interessante, por parte de Löwy, se ele apresentasse o conceito de Marx acerca das forças produtivas e, posteriormente, criticasse esta concepção. No entanto, isto não foi feito e é algo, no mínimo incomum, que alguém exija uma revisão de um conceito sem se aprofundar no significado do mesmo a partir da análise da totalidade onde este conceito se insere. Löwy (2014), ao contrário, deixa apenas implícito o que compreende por forças produtivas, bem como o que compreende pela revisão desse conceito. De acordo com sua concepção, as forças produtivas são o “aparelho produtivo” e este deve ser transformado para corresponder com a sociedade comunista. Todavia, Löwy, em outra obra, nos oferece uma definição mais ampla de forças produtivas:

Esse movimento histórico é interpretado em relação ao desenvolvimento de dois grandes conjuntos de processos que Marx designa como **as forças produtivas** e as relações de produção. **O primeiro agrupa as causas determinantes da capacidade de produzir: os recursos naturais, a técnica e a**

organização (na empresa, mas também na divisão do trabalho entre empresas). O segundo remete às relações entre os homens, que conferem às classes às suas posições sociais respectivas (LÖWY et al, 2015, p. 68).

Não sabemos se “aparelho produtivo” é sinônimo de “causas determinantes da capacidade de produzir” que englobaria até mesmo os recursos naturais. A própria luz do sol ou os elétrons de um átomo seriam uma força produtiva neste caso. O interessante é notar que Löwy, na obra “O que é ecossocialismo” (2014), não exprime uma definição tão ampla de forças produtivas como em Löwy et al (2015), sendo compreendida estritamente como “aparelho produtivo”. Contudo, diferentemente de Löwy (2014), Marx define o que se compreende por forças produtivas:

As forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia é circunscrita pelas condições em que os homens se encontram, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social que existia antes deles, que não foi criada por eles e é produto da geração precedente. O simples fato de cada geração posterior deparar-se com forças produtivas adquiridas pela geração precedente, que lhe servem de matéria-prima para novas produções, cria uma nova conexão na história dos homens, cria uma história da humanidade (MARX, 2017, p. 188).

Marx deixa claro que as forças produtivas são resultado da energia prática dos seres humanos. Os seres humanos se associam para produzir, e o resultado desse processo de produção — e do trabalho para realizar esta produção — gera também as forças produtivas. As forças produtivas são o resultado do processo de produção de uma época anterior. Porém, o processo de produção ocorre no interior de relações sociais específicas. Por exemplo, o processo de produção e o trabalho no modo de produção feudal assumem um caráter radicalmente diferente do processo de produção e do trabalho no modo de produção capitalista. As forças produtivas adquiridas ou que podem potencialmente serem adquiridas em cada um desses modos de produção também se diferem radicalmente. Logo, as forças produtivas incluem “os meios de produção (máquinas, ferramentas, etc.), um determinado estágio de desenvolvimento das capacidades humanas, da força de trabalho, um modo de cooperação” (VIANA, 2017, 71). Não há nada de metafísico neste conceito de Marx, não é algo “neutro” como quer Löwy.

Uma ‘força produtiva’ é, em primeiro lugar, nada mais do que a força de trabalho real dos homens que trabalham; a força incorporada nesses seres humanos vivos pela qual, com determinados meios materiais de produção e dentro de uma determinada forma de cooperação social condicionada por esses meios materiais de produção, produzem por meio de seu trabalho os meios materiais de satisfazer as necessidades sociais de sua existência, isto é -

sob condições capitalistas, - 'mercadorias'. Em um segundo e ainda mais importante sentido, tudo que aumenta o efeito produtivo da força de trabalho humana (e, portanto, sob condições capitalistas, inevitavelmente aumenta ao mesmo tempo o lucro de seus exploradores) é considerado por Marx como uma 'força produtiva' (KORSCH, 2015, p. 161)⁵.

O painel solar, por exemplo, é uma força produtiva adquirida no processo de produção na sociedade capitalista. E é impossível pensar na existência do painel solar no interior da sociedade feudal, pois foi de acordo com a divisão social do trabalho na sociedade capitalista, bem como a partir de outras forças produtivas adquiridas anteriormente que este foi adquirido.

O trabalho se organiza e se divide diferentemente conforme os instrumentos de que dispõe. O moinho manual supõe uma divisão distinta daquela requerida pelo moinho a vapor. Portanto, é chocar-se contra a história querer começar pela divisão do trabalho em geral para chegar em seguida a um instrumento específico de produção, as máquinas (MARX, 2017, p. 118).

As forças produtivas são adquiridas no processo de produção e isto significa que, nas sociedades classistas, as forças produtivas são resultado das lutas de classes. Portanto, as forças produtivas não são “neutras” ou mera “matéria morta”. Também seu desenvolvimento não é autônomo, pois, é realizado por seres humanos conscientes a partir da inserção dos mesmos em relações sociais específicas. Isto quer dizer que esse desenvolvimento é determinado fundamentalmente pelas lutas de classes quando se trata do capitalismo.

As forças produtivas não são matéria morta e as relações de produção não são uma estrutura rígida. Elas se inflamam, suas formas se transmutam, seu conteúdo se fecunda, na medida em que atuam incessantemente uns sobre os outros num processo dialético. Os realizadores, os executores desse processo são seres humanos. Além disso, os seres humanos realizam o processo, não como máquinas sem vida, mas como criaturas insufladas com consciência viva (RÜHLE, 2011, p. 316).

Na relação entre classes, a classe exploradora visa desenvolver as forças produtivas suficientemente para se reproduzir como classe exploradora, reprimindo o desenvolvimento das mesmas quando este coloca em xeque a sua própria existência. Porém, apesar desse controle das forças produtivas, a classe produtora, por meio do processo de produção, acaba desenvolvendo forças produtivas que correspondem com

⁵ Vale pontuar que Löwy cita essa mesma obra de Karl Korsch em uma outra produção de sua autoria (KORSCH apud LÖWY, 2000, p. 134). Karl Korsch, nesta obra citada, realiza, em um dos capítulos, uma discussão mais aprofundada sobre o que são forças produtivas e como esta se relaciona com as relações de produção. Portanto, Löwy estava ciente de posições contrárias à sua acerca do que são forças produtivas em Marx, mas, infelizmente, escolheu não aprofundar muito nisso.

seus próprios interesses de classes (um novo modo de cooperação adquirido, antagônico a heterogestão do trabalho alienado, seria um dentre diversos outros exemplos). Assim, cria-se uma contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, inaugurando um período revolucionário. Marx exemplifica isto numa análise da revolução burguesa:

Quando a burguesia se impôs, não se colocou a questão do lado bom e do lado mau do feudalismo. Ela incorporou as forças produtivas que desenvolvera sob ele. Foram destruídas todas as antigas formas econômicas, as relações civis que lhes correspondiam, o estado político que era expressão oficial da antiga sociedade civil. Assim, para avaliar corretamente a produção feudal, é preciso vê-la como um modo de produção baseado no antagonismo. É preciso mostrar como a riqueza se produzia no interior desse antagonismo, como as forças produtivas se desenvolviam ao mesmo tempo que o antagonismo das classes. [...] Como o que importa é principalmente não se privar dos frutos da civilização, das forças produtivas adquiridas, é preciso liquidar as formas tradicionais nas quais elas foram produzidas (MARX, 2017, p. 111).

A burguesia desenvolveu forças produtivas sob o feudalismo, e as incorporou. Contudo, para desfrutar livremente das forças produtivas adquiridas, foi constrangida a destruir as relações de produção feudais, bem como tudo que lhe correspondia. Da mesma forma, isto ocorre no modo de produção capitalista, mas os burgueses agora constituem uma classe conservadora, e é o proletariado que tende a desenvolver forças produtivas sob o capitalismo que entrarão em contradição com as relações de produção do mesmo. Este é o caráter duplo do modo de produção capitalista: “nas mesmas relações que se produz a riqueza, também se produz miséria; que, nas mesmas relações em que há desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produtora de repressão” (MARX, 2017, p. 111). A burguesia criou seu próprio coveiro, o proletariado. Os interesses de classe da burguesia é explorar o proletariado, extraindo mais-valor, mantendo-se como classe exploradora. Porém, ao mesmo tempo que se realiza isto, o proletariado vai também se desenvolvendo (sendo, ele mesmo, uma força produtiva), chegando em um ponto que as forças produtivas adquiridas não podem mais existir lado a lado com as relações de produção burguesas.

Uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo entre classes. A libertação da classe oprimida implica, pois, necessariamente, a criação de uma sociedade nova. Para que a classe oprimida possa libertar-se, é preciso que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam mais existir lado a lado. **De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a classe revolucionária. A organização dos elementos revolucionários como classe supõe a existência**

de todas as forças produtivas que possam engendrar-se no seio da sociedade antiga (MARX, 2017, p. 146)⁶.

As forças “destrutivas” que Marx menciona na *Ideologia Alemã* são as forças produtivas que entram em contradição com as relações de produção e esta última já não pode existir em conjunto com as primeiras. Infelizmente, Löwy cita este trecho da obra de Marx, mas como sua leitura foi mediada por um fetichismo do “aparelho produtivo”, ele não pôde compreender seu real significado.

No desenvolvimento das forças produtivas atinge-se um estado onde surgem forças produtivas e meios de circulação que só podem ser nefastos no âmbito das relações existentes e já não são forças produtivas mas sim forças destrutivas (maquinaria e dinheiro) (MARX apud LÖWY, 2014, p. 27).

Löwy, a partir dessa citação, conclui o seguinte: “infelizmente, esta ideia não é desenvolvida pelos dois autores, e não é certo se a destruição que está em questão aqui

⁶ Aqui Marx deixa explícito tanto o seu conceito amplo de forças produtivas quanto sua relação com as relações de produção, sendo esta última a determinação fundamental da primeira. Esta relação entre forças produtivas e relações de produção é, por sua vez, fundamental para o materialismo histórico, bem como para a teoria da revolução marxista. Vale pontuar que Löwy analisa, em outra obra de sua autoria dedicada a compreender exatamente a teoria da revolução no “jovem” Marx, esta mesma produção de Marx supracitada (*Miséria da Filosofia*). Löwy conclui a partir da *Miséria da Filosofia* de Marx: “é por sua própria prática, no decorrer de sua luta histórica contra a burguesia, que o proletariado se torna consciente e organizado, que de massa unida por uma situação comum ele se torna *classe para si*” (LÖWY, 2012, p. 223-224). Löwy não percebe, no entanto, que a transformação da “*classe em si*” em “*classe para si*” é também o desenvolvimento de uma força produtiva, que é o próprio proletariado revolucionário. Porém, as forças produtivas, nesta obra de Marx, ocupam um lugar central em conjunto com a análise das relações de produção, com diversas referências a estes conceitos. Infelizmente, Löwy (2014) não leva em consideração essa obra para discutir o conceito de forças produtivas em Marx, citando apenas alguns fragmentos de outras obras que possibilitam deslocar esse conceito da totalidade do pensamento do mesmo. A superficialidade de Löwy, bem como sua prática de “retalhamento” já foram percebidas por outros autores: “Ainda nessa direção, notamos uma tendência do autor [Löwy] a simplificar demais algumas categorias, bem como efetivar retalhamentos” (ASSUNÇÃO, 2017, p. 69-70), ou ainda “A pseudocrítica do discurso retórico de Althusser conseguiu convencer Löwy de que se tratava de uma crítica e, ainda por cima, ‘severa’, o que mostra que este autor também deveria realizar leituras mais rigorosas e profundas ao invés de reproduzir discurso superficial como se fosse profundo” (VIANA, p. 120, 2014). Löwy não compreendeu o conceito de forças produtivas em Marx, significando que não compreendeu o marxismo em sua totalidade. No entanto, para se exigir uma “revisão crítica e profunda” de um conceito, deve-se minimamente estudar as obras do autor para compreender seu pensamento e, pelo menos, expor essa concepção sem deslocá-la da totalidade do pensamento do autor analisado. Löwy escolhe não fazer isso e cita apenas alguns fragmentos que o possibilita interpretar o que são forças produtivas, de acordo com seu próprio interesse de sintetizar o marxismo com a tendência reformista presente no interior do movimento ecológico. Löwy, portanto, subsume o pensamento de Marx ao seu interesse próprio de defender o uso de certas forças produtivas no interior do capitalismo, bem como justificar a necessidade de mobilizações em torno de reformas, legitimando a tendência reformista do movimento ecológico e aglutinando apoio para satisfazer seu interesse de controlar o proletariado através do “período de transição para o socialismo”, que como já expomos anteriormente, é um fim em si mesmo. Muitos poderiam argumentar contra isto que Löwy deixa explícito, que os trabalhadores participarão ativamente das decisões de como produzir e o que produzir no “período de transição”, mas como já deixamos claro, essa participação é bastante limitada por ainda existir as relações de produção e de distribuição capitalistas. Portanto, a “autogestão” de Löwy, bem como seu “planejamento democrático” são subterfúgios que tentam ocultar seus próprios interesses de classe que é controlar o proletariado. O interesse em controlar e de expandir este controle para o conjunto das relações sociais correspondem com os interesses da burocracia, que é uma classe auxiliar da burguesia, e não corresponde aos interesses históricos do proletariado. Sendo assim, Löwy, infelizmente, não contribui adequadamente para a questão ecológica de um ponto de vista revolucionário.

é aquela da natureza” (LÖWY, 2014, p. 27). Porém, para saber se a destruição em questão é da natureza, bastaria apenas citar integralmente o restante da frase onde os dois autores desenvolvem melhor isto:

No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, **no marco das relações existentes**, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição (maquinaria e dinheiro) – e, ligada a isso, surge uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens e que, expulsa da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas as outras classes; **uma classe que configura a maioria dos membros da sociedade e da qual emana a consciência da necessidade de uma revolução radical**, a consciência comunista, que também pode se formar, naturalmente, entre as outras classes, graças à percepção da situação dessa classe (MARX; ENGELS, 2007, p. 42).

Marx deixa evidente que as “forças destrutivas” são as forças produtivas que entram em contradição com as “relações sociais existentes” e, pelo menos nesta citação, não afirma nada sobre a destruição da natureza. A não citação integral da frase de Marx facilitaria compreender as forças produtivas apenas como “aparelho produtivo” que destruiria a natureza a partir de seu desenvolvimento. No entanto, quando Marx diz que ligado a essa contradição (entre forças produtivas e relações de produção) surge uma classe que “emana a consciência da necessidade de uma revolução radical”, fica bastante evidente que Marx não entende as forças produtivas apenas como “aparelho produtivo” e foi necessário Löwy ocultá-la para conseguir defender seu ponto de vista.

A partir dessa discussão, como o marxismo pode efetivamente contribuir com a questão ambiental? Antes de respondermos a esta pergunta, gostaríamos de pontuar a necessidade do estudo rigoroso das produções intelectuais marxistas para saber como o mesmo pode contribuir. Analisar a questão ecológica através das lentes de um “marxismo deformado”, não fornecerá uma resposta adequada, e nem poderia. A concepção de *monsieur* Löwy, por exemplo, é um retorno à concepção de *monsieur* Proudhon (de forma ainda mais metafísica), que há muito tempo atrás foi superada pelo próprio Marx.

O marxismo fornece os elementos essenciais que nos possibilitam chegar na raiz do problema ecológico — “mas a raiz, para o homem, é o próprio homem” (MARX, 2013, p. 157). A explicação do porquê da questão ecológica, bem como sua resolução se

remete aos seres humanos. Na verdade, a explicação das questões colocadas para a humanidade em geral, podem ser explicadas através da análise de como os seres humanos produzem e reproduzem seus meios de vida. Vejamos: é através da produção que os seres humanos se relacionam com outros seres humanos e com a natureza. “A sociedade é a união efetiva do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo realizado da natureza” (MARX, 1962, p. 125).

O modo de produção capitalista, entretanto, dissolve esta relação, uma vez que não produz visando a satisfação dos seres humanos, mas, ao contrário, se constitui com a burguesia visando a extração de mais-valor acrescido por um trabalho não pago realizado pela classe proletária. A burguesia, ao efetivar a exploração da classe proletária, ganha lucros, da qual grande parte é convertida novamente em capital (compras de mais máquinas, mais força de trabalho etc.), gerando mais lucros que novamente é reinvestido parte na produção, gerando mais lucros e mais capital num processo ininterrupto (VIANA, 2018).

A acumulação de capital se diz infinita e, para isso, necessita transformar tudo em mercadoria ou mercancia, explorar cada vez recursos naturais etc., se relacionando de forma predatória com a natureza. E não é coincidência, também, os seres humanos possuírem uma consciência limitada de sua própria relação com a natureza, porque este mesmo modo de produção gera isto através do trabalho alienado, que enquanto “afasta o objetivo da produção do homem, também afasta sua vida como espécie, sua objetividade real como ente-espécie [...], na medida em que seu corpo inorgânico, a natureza, é afastado dele” (MARX, 1962, p. 101).

É necessário abolir este modo de produção e, em seu lugar, instaurar outro radicalmente distinto onde os produtores associados regularão e controlarão racionalmente sua relação com a natureza visando satisfazer suas necessidades autênticas. Mas, para tanto, é necessário que as relações de produção possibilitem e estimulem isto, o que não é possível no interior da sociedade capitalista ou em um “período de transição para o socialismo”.

Portanto, torna-se essencial compreender verdadeiramente o que constitui um modo de produção — forças produtivas e relações de produção —, bem como compreender o proletariado como classe revolucionária de nossa época (que é, ela mesma, uma força produtiva fundamental), para conseguirmos intervir na realidade de forma coerente. A utilização, por exemplo, da energia solar ou qualquer outra máquina, técnica etc., no interior da sociedade capitalista, não significa uma mudança radical na relação do ser humano com a natureza. É necessário transformar as relações de produção, porque é esta que determina fundamentalmente a relação do ser humano com a natureza. E quem tem a capacidade de transformar radicalmente as relações de produção é a totalidade da classe operária. A discussão apresentada por Löwy acerca da questão ecológica, apesar de alguns poucos méritos, não significa nenhum avanço significativo nesta questão.

Considerações Finais

Buscamos demonstrar que a crítica de Löwy ao marxismo é equivocada e não contribui para pensarmos as verdadeiras contribuições do mesmo para a questão ecológica. Na primeira parte, mostramos a concepção de Löwy acerca do que são forças produtivas e o que deve ocorrer com elas no processo revolucionário. Na segunda parte, mostramos que a concepção marxista de forças produtivas é antagônica à concepção de Löwy.

O marxismo apresenta uma rica contribuição para a questão ecológica através da concepção do que é o ser humano, bem como de sua relação com a natureza. Porém, ainda pode avançar mais nestas questões, principalmente, em relação à natureza não modificada pelo ser humano. No entanto, o avanço do marxismo não se dará através de deformações visando encaixá-lo em interesses de classes alheios ao do proletariado.

Referências

ASSUNÇÃO, Vânia. Marxismo e crise ecológica: comentários críticos ao ecossocialismo de Michael Löwy a partir da ontologia marxiana. *Espaço Acadêmico*, n. 188, p. 62-73, jan., 2017. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/32092>. Acesso em: 09 de junho de 2021.

KORSCH, Karl. *Karl Marx*. Leida: Koninklijke Brill, 2015.

LÖWY, Michael. *O Que é Ecosocialismo?* 2 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LÖWY, Michael. DUMÉNIL, Gérard. RENAULT, Emmanuel. *100 palavras do marxismo*. São Paulo: Cortez, 2015.

LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LÖWY, Michael. *A Teoria da Revolução no Jovem Marx*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. In: FROMM, Erich. *O Conceito Marxista do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 3 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

PEIXOTO, Maria Angélica. O Conceito de Alienação em Marx, Fromm e Marcuse. In: SANTOS, André de Melo (org.). *Erich Fromm e os Dilemas Humanos na Sociedade Moderna*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

RÜHLE, Otto. *Karl Marx: His Life and Work*. Abingdon: Routledge, 2011.

VIANA, Nildo. *Karl Marx: a crítica desapiedada do existente*. Curitiba: Prismas, 2017.

VIANA, Nildo. *A Mercantilização das Relações Sociais*. Curitiba: Appris, 2018a.

VIANA, Nildo. *O Modo de Pensar Burguês: episteme burguesa e episteme marxista*. Curitiba: CRV, 2018b.

VIANA, Nildo. Althusser e a Interpretação Ideológica do Pensamento de Karl Korsch. *Marxismo e Autogestão*, ano 1, num. 1, jan./jun., 2014. Disponível em: <https://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/234>. Acesso em: 09 de junho de 2021.